



Escola Secundária de Vila Verde 403751

REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

LINHAS ORIENTADORAS DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2019/20

Dando cumprimento ao disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, bem como no estipulado no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, na Lei n.º Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2019) e demais legislação complementar, o Conselho Geral da Escola Secundária de Vila Verde (ESVV), na sua reunião de 24 de julho de 2019, definiu as seguintes linhas orientadoras a observar no domínio da ação social escolar:

De acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, aplicando subsidiariamente o Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, a atribuição e o funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar regem-se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social e visam:

- a) Assegurar o exercício efetivo do direito ao ensino e à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar (art.º 3º do Decreto-Lei 55/2009), e;
- b) Prevenir a exclusão social e o abandono escolar e promover o sucesso escolar e educativo, de modo que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário, em qualquer das suas modalidades (art.º 4.º, do Decreto-Lei 55/2009), constituindo modalidades de apoios no âmbito da ação social escolar (ASE):
 - I. os apoios alimentares;
 - II. os transportes escolares;
 - III. o alojamento;
 - IV. os auxílios económicos;
 - V. a prevenção de acidentes e o seguro escolar.

Ainda conforme disposto no n.º 1, do art.º 12.º, do Decreto-Lei 55/2009, de 2 de março, os critérios e regras para a atribuição dos apoios no âmbito da ação social escolar podem também ser utilizados para regular e diferenciar o acesso a outros recursos educativos.

Nestes termos, são objetivos da Ação Social da ESVV prevenir situações que conduzam ao abandono ou insucesso escolar dos seus discentes, garantir a todos os alunos o cumprimento da escolaridade obrigatória e a conclusão dos seus percursos educativos independentemente das suas condições sociais, económicas e familiares, pelo que o Conselho Geral estabelece para o ano letivo 2019/20 as seguintes linhas orientadoras:

Alimentação Escolar

No âmbito da alimentação escolar, a ESVV deve assegurar uma alimentação segura, equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, como forma de promoção da saúde, segundo as orientações emanadas da Direção Geral de Educação, competindo-lhe particularmente:

- a) Zelar pelo cumprimento dos princípios dietéticos de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas no refeitório escolar, em conformidade com a legislação em vigor;
- b) Promover o consumo de alimentos saudáveis no âmbito das atividades pedagógicas relacionadas com a educação para a saúde;
- c) Definir critérios para a seleção dos produtos a comercializar no bufete escolar e praticar um regime de preços com vista a promover a adoção de hábitos alimentares saudáveis;
- d) Promover o consumo de fruta, leite e seus derivados junto dos alunos mediante a sua venda no bufete escolar sem fins lucrativos;
- e) Fornecer gratuitamente suplementos alimentares aos alunos do 3.º ciclo com menores recursos económicos, mediante aplicação das verbas decorrentes de proveitos de gestão dos serviços de bufete escolar;
- f) Garantir a afixação antecipada das ementas nos refeitórios de preferência na semana anterior e em locais de fácil acesso aos Encarregados de Educação, designadamente no *site* da Escola;
- g) Monitorizar a adesão dos alunos às refeições escolares, de forma a diminuir os desequilíbrios entre o número de refeições encomendadas e as servidas, transmitindo aos diretores de turma a identidade dos alunos que praticam com frequência estes atos e comunicar aos encarregados de educação, via Diretor de Turma, as refeições marcadas e não consumidas pelos seus educandos;
- h) Monitorizar o funcionamento do refeitório escolar por iniciativa própria ou em colaboração com as entidades com competências na área da higiene e segurança alimentar, tomando as diligências adequadas para a correção das anomalias detetadas.
- i) Promover as iniciativas necessárias à implementação da Lei n.º34/2019, de 22 de maio, que visa a promoção do consumo sustentável de produção local nas cantinas e refeitórios públicos.

Compete, assim, à ESVV, no serviço de **refeições escolares**:

- a) Assegurar aos alunos pertencentes a famílias posicionadas no escalão A, que frequentam o ensino básico e secundário, o acesso, em condições de gratuitidade, às refeições fornecidas nas escolas;
- b) Assegurar aos alunos pertencentes a famílias posicionadas no escalão B que frequentam o ensino básico e secundário acesso, em condições de comparticipação de 50%, às refeições escolares;
- c) Garantir aos restantes alunos o acesso às refeições fornecidas ao preço estipulado na legislação em vigor;
- d) Garantir o acesso diário às refeições escolares a todos os alunos que frequentam a escola mesmo que não tenham atividades no turno da tarde, assegurando as condições de gratuitidade/comparticipação daqueles que pertencem a famílias economicamente carenciadas

desde que, comprovadamente, precisem de permanecer na escola por motivos de estudo ou outros de força maior.

Transportes Escolares

Em matéria de transportes escolares, compete ao Diretor da ESVV garantir que o transporte escolar dos alunos é assegurado pelas entidades competentes, de acordo com a legislação em vigor, e tendo em conta as suas necessidades.

Neste âmbito, deve o Diretor cooperar com as estruturas municipais na organização e controlo de funcionamento dos transportes, com especial atenção à garantia da qualidade e segurança do serviço prestado, trabalhando no sentido da criação de uma rede de transportes escolares.

Auxílios económicos e acesso a recursos pedagógicos

Compete ao Diretor assegurar o escrupuloso cumprimento das normas estabelecidas relativas à atribuição dos auxílios económicos e ao acesso a recursos pedagógicos.

No que concerne ao fornecimento de **Manuais e outro material escolar**, compete ao Diretor:

- a) Garantir o cumprimento da legislação em vigor no que concerne à distribuição e reutilização dos manuais escolares;
- b) Promover a aquisição de material quando não existam manuais adotados designadamente nos cursos profissionais e ou outros que impliquem percursos alternativos;
- c) Fomentar a reutilização de livros e outro material escolar;
- d) Fomentar a responsabilidade pelo uso dos materiais cedidos tendo em conta a sua possível reutilização;
- e) Facultar calculadoras gráficas ou outras e dicionários.

O Diretor da ESVV deve, ainda, promover todas as diligências destinadas a disponibilizar os recursos humanos e mobilizar recursos específicos para responder às necessidades educativas dos alunos ao longo do seu percurso escolar, particularmente aos que apresentam necessidades de saúde especiais, a fim de promover a sua plena inclusão escolar.

Bolsas de mérito

Com o objetivo de assegurar a atribuição de bolsas de mérito aos alunos beneficiários de auxílios económicos matriculados no ensino secundário, em conformidade com a legislação em vigor, o Diretor deve:

- a) Divulgar o regulamento de Candidatura à Bolsa de Mérito junto dos alunos matriculados nas ofertas de ensino de nível secundário que tenham direito a apoios da ASE;
- b) Promover a sua efetiva candidatura de modo a garantir a mais ampla aplicação das Bolsas de Mérito previstas na legislação em vigor aos alunos que delas possam beneficiar.

Ações complementares

No âmbito da ação social escolar deve, ainda, promover-se:

- a) A sinalização dos agregados familiares com elevadas carências socioeconómicas junto das instituições de ação social, tendo em vista o desenvolvimento de um plano estratégico conjunto de acompanhamento das mesmas;
- b) A sensibilização dos professores e, em particular, dos Diretores de Turma, para que sejam identificados casos de alteração da situação económica e/ou social do agregado familiar possibilitando um célere reposicionamento de escalão de atribuição de abono de família e, consequentemente, dos apoios no âmbito da ASE;
- c) O apoio à efetiva participação dos alunos pertencentes a famílias mais carenciadas em atividades de complemento curricular, designadamente, visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, em conformidade com as taxas de comparticipação previstas na legislação em vigor;
- d) A aplicação de eventuais lucros de gestão dos serviços de bufete e de papelaria escolar, bem como donativos ao abrigo da lei do mecenato, nas medidas preconizadas nos artigos 15.º e 15.º-A do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho.

Prevenção de acidentes e seguro escolar

O n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 02 de março, estabelece que *“a prevenção do acidente escolar e o seguro escolar constituem modalidades de apoio socioeducativo, complementares aos apoios assegurados pelo sistema nacional de saúde, de que são beneficiários as crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos dos ensinos básico e secundário”*.

Assim, a ESVV deve garantir as medidas do seguro escolar previstas na lei e promover as medidas de prevenção de acidentes e de educação para a segurança previstas na legislação em vigor, designadamente:

- a) Assegurar ações de promoção da segurança e prevenção de acidentes escolares de forma eficiente, ativa e com visibilidade para toda a comunidade escolar;
- b) Dar particular ênfase neste âmbito às atividades escolares que envolvam maior risco, como a educação física, o desporto escolar, as visitas de estudo / saídas de campo, entre outros;
- c) Promover ações de formação e educativas ou programas de ação para a prevenção do acidente escolar destinados ao pessoal docente e não docente.

A responsabilidade de implementação destas medidas cabe ao Diretor, devendo envolver todos os órgãos, pessoal docente, pessoal não docente, bem como entidades externas, para uma efetiva identificação das situações e adequação das medidas a aplicar aos alunos.

Visto e aprovado na reunião do Conselho Geral de 24 de julho de 2018 e revisto na reunião de 24 de julho de 2019.
A Presidente do Conselho Geral, Glória Maria Miranda Duarte Lopes